



REVISTA

Cadernos de Educação

FaE | PPGE | UFPel

ARTIGO | Fluxo contínuo

Estudo das ações de educação alimentar e nutricional desenvolvidas por municípios cearenses no período 2018-2022

Study of food and nutrition education actions developed by municipalities of cearence in the period 2018-2022

Estudio de las acciones de educación alimentaria y nutricional desarrolladas por los municipios de cearence en el periodo 2018-2022

Lucas Braga Rodrigues
José Arimatea Barros Bezerra

RESUMO

A Educação Alimentar e Nutricional promove hábitos saudáveis por meio de ações educativas contextualizadas. No ambiente escolar, contribui para escolhas alimentares conscientes, fortalecendo a segurança alimentar e o desenvolvimento de estudantes mais críticos e saudáveis. Isto posto, o presente estudo teve como objetivo central analisar, de forma detalhada, as práticas de educação alimentar e nutricional implementadas em municípios do estado do Ceará, especificamente aqueles reconhecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) como exemplos de gestão positiva no período de 2018 a 2022. A metodologia adotada foi de abordagem qualitativa, organizada em três etapas: análise documental de relatórios (2018–2022), aplicação de formulários eletrônicos com nutricionistas e realização de entrevistas semiestruturadas. Os dados foram analisados por meio de análise de conteúdo, permitindo sua organização em categorias temáticas. Os resultados evidenciaram um grupo heterogêneo quanto ao tempo de atuação no programa, indicando diferentes níveis de experiência profissional. Também foram identificadas limitações, como a sobrecarga de trabalho e a insuficiência de equipes técnicas, fatores que impactam na frequência e na qualidade das ações de EAN. Apesar disso, observou-se o comprometimento dos profissionais com a promoção de uma alimentação saudável no ambiente escolar. Conclui-se que, embora existam desafios estruturais e formativos, as ações de EAN desempenham papel fundamental na garantia da segurança alimentar e nutricional dos estudantes. Destaca-se a necessidade de

investimentos em formação continuada e no fortalecimento das políticas públicas, visando aprimorar a atuação dos nutricionistas e ampliar os impactos positivos do PNAE.

Palavras-chave: políticas públicas; segurança alimentar; alimentação escolar.

ABSTRACT

Food and Nutrition Education promotes healthy habits through contextualized educational actions. In the school environment, it contributes to conscious food choices, strengthening food security and the development of more critical and healthier students. In this context, the present study aimed to analyze, in detail, the practices of food and nutrition education implemented in municipalities in the state of Ceará, specifically those recognized by the National Fund for Educational Development (FNDE) as examples of positive management between 2018 and 2022. The methodology adopted was qualitative, organized into three stages: document analysis of reports (2018–2022), application of electronic questionnaires with nutritionists, and semi-structured interviews. Data were analyzed using content analysis, allowing their organization into thematic categories. The results showed a heterogeneous group regarding time of experience in the program, indicating different levels of professional expertise. Limitations were also identified, such as workload overload and insufficient technical staff, factors that impact the frequency and quality of Food and Nutrition Education actions. Despite this, professionals demonstrated commitment to promoting healthy eating in the school environment. It is concluded that, despite structural and training challenges, Food and Nutrition Education actions play a fundamental role in ensuring students' food and nutritional security. The need for investment in continuing education and the strengthening of public policies is highlighted, aiming to improve the performance of nutritionists and expand the positive impacts of the National School Feeding Program (PNAE).

Keywords: public policies; food security; school feeding

RESUMEN

La Educación Alimentaria y Nutricional promueve hábitos saludables mediante acciones educativas contextualizadas. En el entorno escolar, contribuye a elecciones alimentarias conscientes, fortaleciendo la seguridad alimentaria y el desarrollo de estudiantes más críticos y saludables. En este contexto, el presente estudio tuvo como objetivo analizar, de manera detallada, las prácticas de educación alimentaria y nutricional implementadas en municipios del estado de Ceará, específicamente aquellos reconocidos por el Fondo Nacional de Desarrollo de la Educación (FNDE) como ejemplos de gestión positiva en el período de 2018 a 2022. La metodología adoptada fue de enfoque cualitativo, organizada en tres etapas: análisis documental de informes (2018–2022), aplicación de cuestionarios electrónicos a nutricionistas y realización de entrevistas semiestructuradas. Los datos fueron analizados mediante análisis de contenido, permitiendo su organización en categorías temáticas. Los resultados evidenciaron un grupo heterogéneo en cuanto al tiempo de actuación en el programa, indicando diferentes niveles de experiencia profesional. También se identificaron limitaciones, como la sobrecarga de trabajo y la insuficiencia de equipos técnicos, factores que impactan en la frecuencia y la calidad de las acciones de Educación Alimentaria y Nutricional. A pesar de ello, se observó el compromiso de los profesionales con la promoción de una alimentación saludable en el

entorno escolar. Se concluye que, aunque existen desafíos estructurales y formativos, las acciones de Educación Alimentaria y Nutricional desempeñan un papel fundamental en la garantía de la seguridad alimentaria y nutricional de los estudiantes. Se destaca la necesidad de invertir en formación continua y en el fortalecimiento de las políticas públicas, con el fin de mejorar la actuación de los nutricionistas y ampliar los impactos positivos del Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE).

Palabras-clave: políticas públicas; seguridad alimentaria; alimentación escolar.

Introdução

Uma vez que a alimentação é definida universalmente e constitucionalmente como um direito básico do ser humano, há, nesse contexto, a definição de leis e políticas públicas que reforçam esse conceito e buscam monitorar a aplicação desse direito em contextos específicos. A exemplo disso citam-se a Lei de número 11.346 de 15 de setembro de 2006, que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)¹, política pública mundialmente reconhecida como ferramenta essencial para a garantia dos direitos e melhoria dos hábitos alimentares através do atendimento da alimentação escolar em âmbito nacional (Lorenzi; Oliveira, 2023).

O atendimento a este direito básico é realizado com base na definição de estratégias para que a prática seja garantida e facilitada, dentre elas a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) sendo uma das principais diretrizes elaboradas na lei de Alimentação Escolar nº 11.947 de 16 de junho de 2009 (Brasil, 2009). Esses e outros documentos oficiais buscam unir teoria e prática no que diz respeito ao desenvolvimento de ações de EAN em diferentes núcleos e realidades do território brasileiro.

A EAN é um campo de ações e práticas de Segurança Alimentar e Nutricional e da Promoção da Saúde que devem ocorrer de forma contínua, permanente, transdisciplinar, autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. O campo tem sido considerado uma estratégia fundamental para a prevenção e controle das problemáticas alimentares e nutricionais

¹ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política pública brasileira que garante a oferta de alimentação adequada e saudável aos estudantes da educação básica pública, sendo gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

contemporâneas. Entre seus resultados potenciais identifica-se a contribuição na prevenção e controle das doenças crônicas não transmissíveis e deficiências nutricionais. (Brasil, 2012)

No contexto educacional, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) deve estar integrada ao processo de ensino e aprendizagem, perpassando o currículo escolar e possibilitando sua abordagem de forma interdisciplinar junto aos discentes, conforme orienta a legislação brasileira (Brasil, 2009). Essa inserção configura-se como um avanço relevante, uma vez que o ambiente escolar exerce papel determinante na formação de valores, atitudes e hábitos alimentares.

Nesse sentido, a escola torna-se um espaço estratégico para o desenvolvimento de ações educativas coletivas, favorecendo a construção de práticas alimentares saudáveis que podem se estender para o contexto familiar e social, consolidando o alimento como um importante recurso pedagógico. Estudos como o de Costa (2025) reforça que a inserção da EAN no currículo contribui para a formação humana integral, ao articular conhecimentos científicos com práticas cotidianas.

Além disso, o uso de metodologias ativas, como oficinas culinárias e atividades práticas, tem se mostrado eficaz na promoção da aprendizagem significativa, permitindo que os alunos participem de forma mais ativa no processo educativo. Nesse sentido, Frasson e Laburu (2021) destacam que estratégias pedagógicas que envolvem a prática favorecem a compreensão dos conteúdos e o desenvolvimento de habilidades, tornando o aprendizado mais dinâmico e contextualizado. De forma complementar, experiências descritas por Gargiulo e Mello (2021) evidenciam que a implementação de programas de EAN no ambiente escolar contribui significativamente para a formação de hábitos alimentares saudáveis desde a infância.

Diante da relevância da Educação Alimentar e Nutricional no contexto escolar, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de avaliar como essas ações vêm sendo planejadas, desenvolvidas e aplicadas na prática, bem como compreender o perfil e o nível de conhecimento dos profissionais responsáveis por sua execução. Dessa forma, a investigação contribui para a identificação de fragilidades e potencialidades, possibilitando avanços na consolidação da EAN como ferramenta essencial para garantir uma alimentação adequada, segura e contínua aos estudantes atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação

Escolar (PNAE), além de reforçar a importância da valorização dessas políticas no cenário educacional brasileiro.

O presente estudo teve como objetivo central analisar, de forma detalhada, as práticas de educação alimentar e nutricional implementadas em municípios do estado do Ceará, especificamente aqueles reconhecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) como exemplos de gestão positiva no período de 2018 a 2022.

Isto posto, a pesquisa considerou como universo investigativo as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), envolvendo gestores públicos, nutricionistas responsáveis técnicos, equipes escolares e demais atores diretamente vinculados à execução das políticas de alimentação escolar.

Metodologia

Os municípios cearenses que tiveram suas práticas de educação alimentar e nutricional analisadas nesta pesquisa foram selecionados por apresentarem desempenho destacado na implementação de ações vinculadas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esses municípios foram previamente monitorados e assessorados pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE), vinculado à Universidade Federal do Ceará (UFC), o que contribuiu para o fortalecimento técnico das equipes locais e para a qualificação das práticas desenvolvidas.

Ao todo, oito municípios compuseram o universo da pesquisa: Eusébio, Aquiraz, Itapipoca, Viçosa do Ceará, Carnaubal, Quiterianópolis, Juazeiro do Norte e Sobral. A inclusão desses municípios justifica-se não apenas pelo reconhecimento institucional recebido junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), mas também pela diversidade de contextos territoriais, sociais e administrativos que representam. Essa heterogeneidade permitiu ampliar a análise, contemplando realidades distintas desde municípios de maior porte e estrutura administrativa mais consolidada até localidades de menor porte, com desafios específicos relacionados à gestão de recursos e à implementação de políticas públicas

O presente estudo teve natureza qualitativa, uma vez que possibilitou a compreensão e a interpretação de um fenômeno a partir da análise de documentos secundários. De acordo com Gil (2020), esse tipo de pesquisa tem como principal característica a busca por significados, interpretações e compreensão aprofundada dos fenômenos sociais, considerando o contexto em que estão inseridos e a subjetividade dos dados analisados.

Para que os resultados fossem coletados de maneira mais aprofundada e consistente, a pesquisa foi estruturada em diferentes etapas metodológicas complementares, compreendendo o estudo bibliográfico, a análise documental, a aplicação de formulários eletrônicos e a realização de entrevistas semiestruturadas, as quais são descritas detalhadamente a seguir.

Pesquisa Bibliográfica e Análise Documental

Inicialmente, utilizou-se a pesquisa bibliográfica como técnica fundamental para a construção do referencial teórico do estudo, com o propósito de aprofundar a compreensão acerca de temas como alimentação, o ato de comer, Educação Alimentar e Nutricional, entre outros conteúdos pertinentes à investigação. A pesquisa bibliográfica, conforme define Antônio Carlos Gil, consiste no levantamento e na análise de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, teses e dissertações, permitindo ao pesquisador ter acesso ao conhecimento já produzido sobre determinado tema (Marconi; Lakatos, 2020).

Para o desenvolvimento do estudo, também foi empregada a metodologia de pesquisa documental, uma vez que foram utilizados como fontes de análise relatórios elaborados pelos municípios reconhecidos com gestão positiva no período de 2018 a 2022. A análise documental foi conduzida com base nas contribuições teóricas de Minayo (2018), que destaca a importância do uso de documentos como fontes ricas de dados, capazes de revelar aspectos sociais, institucionais e históricos de determinado contexto. Segundo a autora, a análise documental possibilita a interpretação crítica de materiais produzidos em diferentes circunstâncias, contribuindo para a compreensão aprofundada dos fenômenos investigados.

A etapa de análise documental teve como base os relatórios desenvolvidos pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE) no período de 2018-2020, por meio de parceria firmada com Universidade Federal do Ceará e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) desde o ano de 2006. A autenticidade e confiabilidade dos relatórios é garantida, uma vez que os CECANEs são assegurados como contribuintes diretos para a efetivação e consolidação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) no contexto escolar.

O monitoramento e a avaliação de municípios são feitos pelo CECANE UFC e segue uma metodologia de análise dos critérios que indicam gestão positiva do PNAE. Resulta em um relatório individual por município e outro geral com o grupo de municípios monitorados e assessorados. As pastas físicas são categorizadas de acordo com o período de assessoria e os documentos contam tanto com uma análise coletiva, com um resumo geral das atividades exercidas e constatações das assessorias aplicadas, quanto com relatórios individuais para cada entidade executora participante.

O quadro a seguir expõe, de maneira sintetizada, os principais pontos levantados na etapa de análise documental no que diz respeito às ações de Educação Alimentar e Nutricional e fatores diretamente relacionados ao planejamento e execução dessas atividades. A verificação do cálculo para determinação do número adequado ou inadequado de nutricionistas foi realizado com base Resolução nº 465, de 23 de agosto de 2010, do Conselho Federal de Nutrição (CFN):

Quadro 1 – Resumo de análise dos relatórios nos municípios do Ceará

classificados como gestão positiva no período 2018-2022.

Município (eex)	Período	Nº de escolas atendidas pnae	Nº de nutricionistas	Quant. adequada de nutricionistas	Atendeu ao requisito de ean? (pelo menos 3 ações)
Eusébio	2018.2	38 (12.676 alunos Censo escolar 2017)	4 - inadequada	6	SIM
Aquiraz	2019.2	52 (15.284 alunos censo 2018)	4 – inadequado	7	SIM
Itapipoca	2019.2	108 (31.000 alunos censo 2018)	3 – inadequada	14	NÃO
Viçosa do Ceará	2020.2	69 (11.346 alunos censo 2019)	3 - inadequada	5	SIM
Carnaubal	2020.2	18 (3.542 alunos censo 2019)	1 - inadequado	4	NÃO
Quiterianapoles	2022.1 (referent e a 2021)	29 (4.888 alunos censo 2020)	2 - Inadequada	4	SIM
Juazeiro do Norte	2022.1 (referent e a 2021)	93 (33.314 alunos censo 2020)	2 - Inadequada	15	SIM
Sobral	2022.1 (referent e a 2021)	62 (34.855 alunos censo 2020)	2 - inadequada	16	SIM

Fonte: Autor, a partir de informações dos relatórios coletados no período 2018-2022.

Formulários eletrônicos e Entrevistas Semiestruturadas

A pesquisa também incorporou o uso de recursos digitais para a coleta de dados, por meio da aplicação de formulários eletrônicos elaborados na plataforma Google Forms (G-Suite®), direcionados aos profissionais de nutrição responsáveis pela execução das ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nas entidades executoras previamente selecionadas na etapa inicial do estudo. Os formulários continham questões objetivas e foram disponibilizados somente após o aceite individual do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando os aspectos éticos da pesquisa. Ao todo, foram obtidas 18 respostas, contemplando a totalidade das entidades executoras envolvidas, o que garantiu uma base consistente de dados para subsidiar as etapas subsequentes da investigação.

A partir da análise preliminar dos formulários, procedeu-se à realização de entrevistas semiestruturadas com os profissionais participantes, com o objetivo de aprofundar a compreensão dos dados e captar percepções mais subjetivas acerca das práticas desenvolvidas. Para isso, foi elaborado previamente um roteiro norteador, seguido do convite formal, agendamento e condução das entrevistas com um representante de cada um dos oito municípios participantes. As entrevistas foram realizadas de forma remota, por meio da plataforma Google Meet, com duração média entre 18 e 25 minutos.

Todos os participantes autorizaram a gravação dos encontros, após esclarecimentos sobre os objetivos do estudo e garantia de anonimato. Para preservar a identidade dos entrevistados, foram atribuídos nomes fictícios de flores, distribuídos aleatoriamente — Margarida, Rosa, Dália, Orquídea, Perpétua, Tulipa, Violeta e Jasmim — sendo que a maioria dos participantes era do gênero feminino, correspondendo a sete dos oito profissionais entrevistados.

Os dados provenientes das entrevistas foram integralmente transcritos e analisados à luz da técnica de análise de discurso, considerando os aspectos contextuais e simbólicos das falas. Adotou-se como referencial a Hermenêutica de Profundidade proposta por Thompson (1998), que permite interpretar os discursos a partir de seu contexto sócio-histórico, favorecendo uma compreensão mais ampla das práticas e significados atribuídos pelos participantes.

A estrutura mínima organizada antes da aplicação das entrevistas contou com seis questões com o objetivo de entender acerca do perfil de cada participante e seus respectivos contatos com a temática de EAN, bem como ouvir e coletar os relatos de experiências e pontos de vistas de cada um dos participantes envolvidos no que diz respeito às ações aplicadas no período analisado pelo estudo. Os questionamentos foram organizados de acordo com pautas específicas e aplicados conforme expõe o quadro 02 abaixo:

Quadro 2 - Temas dos questionamentos abordados na etapa de entrevistas semiestruturadas

01:	Chegada ao PNAE
02:	Contato individual com a temática de educação alimentar e nutricional

03:	Principais pontos de satisfação ao exercer o trabalho como nutricionista do PNAE
04:	Planejamento e aplicação das ações de educação alimentar e nutricional dentro do contexto do PNAE
05:	Principais dificuldades ao exercer o trabalho como nutricionista do PNAE
06:	Medidas e/ou ações que devem ser adotadas com urgência para a melhoria do PNAE

Fonte: Autor, 2023

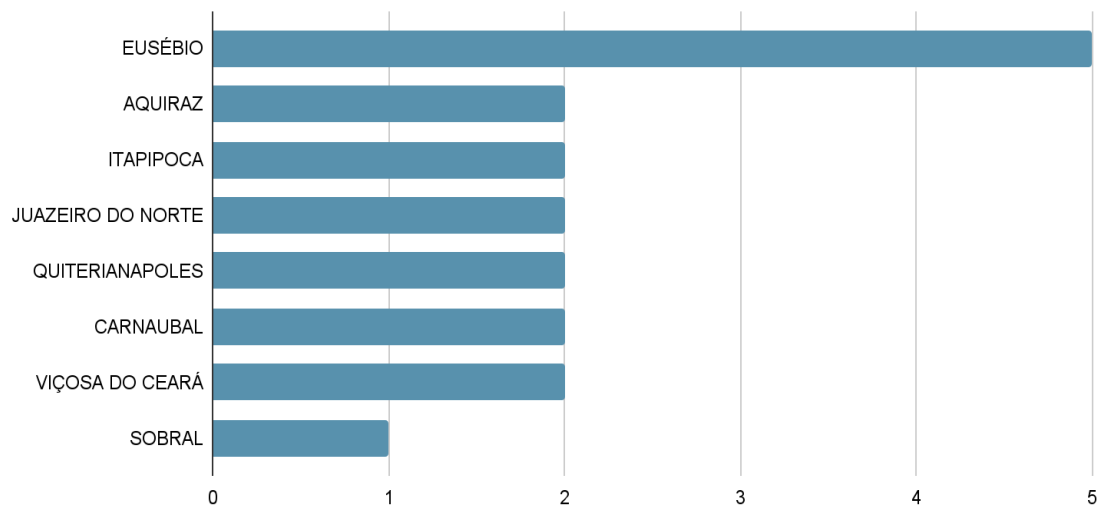
Resultados e discussões

A condução das discussões e reflexões levantadas a partir dos resultados coletados e expostos mais a diante foram categorizadas por temas de abordagem para uma facilitação do entendimento e melhor condução das reflexões a serem pautadas. Essa categorização seguiu a partir dos objetivos geral e específicos do presente estudo.

Perfis e Trajetórias Acadêmicas e Profissionais dos Nutricionistas

No presente tópico, foram analisados os perfis e as trajetórias acadêmicas e profissionais dos nutricionistas participantes da pesquisa, considerando aspectos como formação inicial, tempo de atuação, vínculos institucionais e experiências no âmbito da alimentação escolar. Nesse contexto, o Gráfico 1 apresenta a distribuição do número de respostas obtidas nos formulários eletrônicos, organizadas por município, evidenciando o quantitativo de participantes em cada localidade analisada.

Gráfico 1 - Número de respostas nos formulários eletrônicos individualizada por município



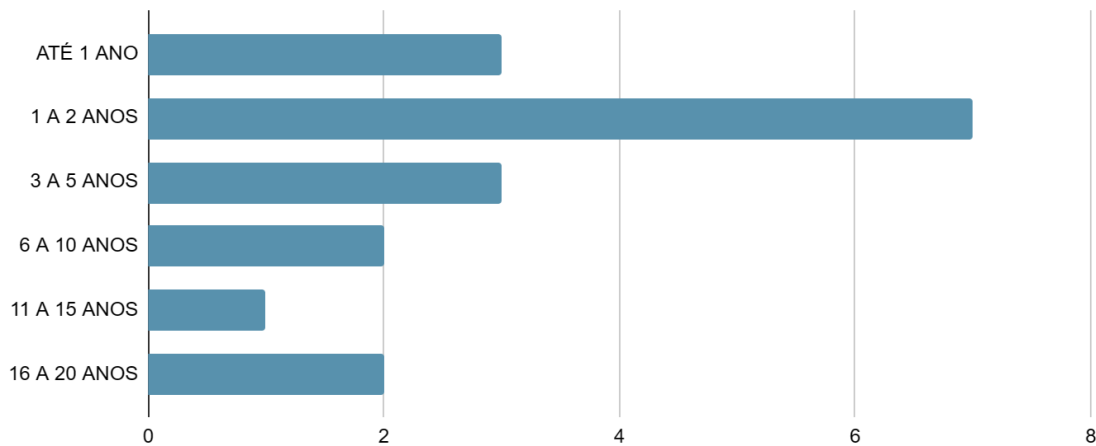
Fonte: Autor, 2023

A análise dos dados acima evidencia que a distribuição das respostas aos formulários eletrônicos não ocorreu de maneira homogênea entre os municípios participantes. Observa-se que algumas localidades apresentaram maior número de respondentes, enquanto outras registraram participação mais reduzida. Essa variação pode estar associada a fatores como o quantitativo de nutricionistas atuantes em cada município, o nível de engajamento dos profissionais com a pesquisa e as condições institucionais para participação.

Apesar dessa diferença na adesão, o conjunto de respostas obtidas mostra-se suficiente para oferecer um panorama inicial representativo do grupo investigado. No entanto, conforme aponta Melgaço (2021), é importante considerar que municípios com menor número de participantes podem ter suas realidades menos exploradas, o que pode influenciar na amplitude das análises comparativas. Ainda assim, os dados apresentados no gráfico constituem uma base relevante para a compreensão do perfil dos nutricionistas e para o aprofundamento das discussões nas etapas subsequentes da pesquisa.

No Gráfico 2, são apresentados os dados referentes ao tempo de atuação dos nutricionistas no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), permitindo observar a experiência profissional dos participantes dentro do programa.

Gráfico 2 - Tempo de atuação como nutricionista do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)



Fonte: Autor, 2023

A partir da análise do Gráfico 2, observa-se que o tempo de atuação dos nutricionistas no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) apresenta variações significativas entre os participantes, evidenciando um grupo composto por profissionais com diferentes níveis de experiência. Nota-se a presença tanto de nutricionistas com atuação mais recente quanto daqueles com maior tempo de inserção no programa, o que demonstra uma diversidade no acúmulo de vivências e conhecimentos práticos relacionados à execução das atividades.

Essa heterogeneidade pode impactar diretamente na condução das ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), uma vez que profissionais com maior tempo de atuação tendem a possuir maior domínio das normativas, rotinas administrativas e estratégias de intervenção, enquanto aqueles com menor experiência podem ainda estar em processo de adaptação às demandas do programa. Por outro lado, a presença de profissionais mais recentes também pode contribuir com novas perspectivas e abordagens inovadoras (Lorenzi; Oliveira, 2023).

Ao serem questionadas de como se dava seus contatos com a temática de EAN desde a graduação até os dias atuais, é possível encontrar relatos que citam desde as disciplinas específicas para tratar do tema, até estágios obrigatórios na área que proporcionaram um contato mais direto e fora da sala de aula. Alguns participantes também citaram ações ou eventos que ocorreram durante suas respectivas formações que favoreceram um contato mais próximo com a temática.

Acerca desse contato com o tema de Educação alimentar e Nutricional, as nutricionistas Rosa e Violeta relatam o seguinte:

Sim [...] inclusive durante a graduação eu tive uma cadeira relacionada a isso: educação nutricional. E sempre durante a graduação a gente fazia movimentos, né? Nas escolas, a gente fazia palestras...sempre tinha uma ação durante essa disciplina. E eu também trouxe para a prática, a vivência que eu tive na graduação eu trouxe também pro trabalho. (Rosa)

Na faculdade a gente, na minha época, via muito, estudava muito EAN voltada para grupos específicos. Educação alimentar para gestantes, para crianças desnutridas de creches...era mais ligado assim [...] e também saúde coletiva, alimentação do trabalhador, né?! A gente estudava e lá também tinha a parte de educação alimentar, que não era só fazer um cardápio e oferecer uma alimentação mais saudável para esses grupos, mas a gente tinha que também trabalhar a parte de educação, ensinar [...] (Violeta)

Uma análise inicial dos primeiros discursos já possibilita uma visão de que os entrevistados têm uma noção de que a Educação Alimentar e Nutricional não se trata apenas de uma ação pontual teórica ou muito menos se limita a um molde de aplicação padronizada. Ao ver que a maioria cita estágios em diferentes grupos, as respostas se assemelham e indicam uma ótica que reforça a EAN aplicada em diferentes cenários e perspectivas.

Ao abordar os nove princípios que orientam a execução das ações de Educação Alimentar e Nutricional, o Marco de Educação Alimentar e Nutricional (Brasil, 2012) destaca a importância de considerar a diversidade dos contextos de atuação, bem como a necessidade de desenvolver ações contínuas, integradas e sustentáveis. O documento enfatiza ainda que as estratégias e metodologias devem ser planejadas de forma articulada, utilizando abordagens complementares que dialoguem entre si de maneira sistêmica, além de serem acessíveis em diferentes espaços sociais e adequadas aos distintos grupos populacionais.

Entretanto, ao confrontar essas diretrizes com os dados empíricos, observa-se um descompasso entre o que é preconizado normativamente e a realidade vivenciada pelos profissionais no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Nesse sentido, os relatos evidenciam dificuldades no acesso a uma formação mais aprofundada sobre a temática de EAN, especialmente relacionadas ao período de ingresso dos profissionais no

programa. Tal constatação corrobora as reflexões de Assis (2021), que aponta fragilidades nos processos formativos e na oferta de capacitações continuadas como fatores que limitam a consolidação das ações de educação alimentar e nutricional.

Nesse contexto, a nutricionista Margarida, por exemplo, por ser a entrevistada com o tempo de atuação mais longo do total de participantes, começou as atividades dentro do PNAE logo no início dos anos 2000, ou seja, mesmo antes da resolução de 2009 ser publicada com aquelas que seriam conhecidas como as primeiras orientações normativas para a execução do programa a nível nacional.

[...] Então realmente não se trabalhava muito essa questão de Educação Alimentar e Nutricional, não se tinha muito...não se fala como se fala hoje, é como se não fosse tão importante antes. Então assim...a merenda ia e era basicamente aquilo...e tudo bem. Era como se fosse assim uma coisa automática. A gente mandava a merenda, eles comiam, gostavam...e a gente via pelos restos, né?! que tava tendo aceitação... e a gente não ia muito atrás dessa questão de Educação Nutricional. Só bem depois, né?! Acho que realmente com o início da primeira resolução foi que a gente começou a trabalhar mais essa questão. (Margarida)

Ainda nesse início de entrevista, os participantes também foram questionados acerca de fontes e principais referências bibliográficas consideradas norteadoras para a facilitação desse contato com a temática de Educação Alimentar e Nutricional. As respostas também se assemelham ao citarem desde o próprio site do FNDE, onde é possível encontrar informações básicas e aprofundadas sobre o programa e seus resultados ao longo dos anos, até documentos fornecidos pelo próprio CECANE que realiza o monitoramento das atividades em cada entidade executora anualmente. Nessa pauta específica, apesar de indicações muito próximas, destaca-se também a resposta da nutricionista Perpétua, sendo a única que citou a busca por artigos científicos e estudos ou pesquisas realizadas na área da nutrição.

Outra ferramenta comumente citada nas respostas foi a utilização de grupos de WhatsApp, que funcionam como comunidades virtuais colaborativas, possibilitando a troca contínua de experiências entre os profissionais e favorecendo a construção coletiva de estratégias no âmbito da Educação

Alimentar e Nutricional. Esses espaços digitais permitem a circulação de ideias, o compartilhamento de práticas exitosas e a adaptação de ações previamente desenvolvidas, considerando as especificidades e realidades de cada município. Como evidenciado no relato de uma das participantes, “[...] E o que a gente vai pegando com colegas, que eu acho que é o que mais nos ajuda, essa experiência dos colegas de outros municípios” (Dália), destaca-se a relevância dessas interações como suporte prático e formativo no aprimoramento das atividades desenvolvidas.

Em seguida, ao serem questionados sobre os pontos que lhes trazem mais satisfação em exercer o trabalho como nutricionista do PNAE, fatores como a aceitação e feedback positivo dos alunos, impactos notórios na alimentação dos contemplados pela merenda escolar ou elementos que se relacionam com os resultados gerados pela merenda escolar de maneira geral, apesar de todas as burocracias e dificuldades enfrentadas marcam presença em todas as respostas dos entrevistados.

Cada um dos participantes não deixa de citar a satisfação em ver os resultados de seus respectivos esforços dentro do Programa, sendo a impressão e impactos finais para com os discentes um elemento primordial e determinante na execução do trabalho. A execução correta por meio dos manipuladores e aplicação dos treinamentos na prática também é um fator relacionado à satisfação da maioria dos profissionais entrevistados.

Essa satisfação em comum ao exercer o trabalho dentro do PNAE é um ponto que merece destaque, reforçando o fato de que é necessário uma busca por elementos ou ferramentas de apoio dentro da execução de atividades que demandam um esforço e dedicação tão específicos e árduos no Programa Nacional de Alimentação Escolar, uma vez que trata-se de uma política pública que depende diretamente do fomento e recursos financeiros federais que podem passar por inúmeras dificuldades a depender do contexto social ou político em que se vive.

Outro fator desafiador é o de trabalhar com a obrigação de garantir uma alimentação saudável e adequada com base em um repasse em baixos valores que variam de R\$ 0,32 a R\$ 2,00 por aluno atendido pelo programa, ou seja, em quantidades *percapita*. Ainda que o PNAE justifique o repasse prevendo uma suplementação de esferas municipais e estaduais, é importante o olhar para o

fato de que a execução dessas políticas pode ser elaborada de maneira desigual devido a uma série de fatores econômicos, políticos ou sociais (Lisboa; Costa, 2020).

Pontos de satisfação como os citados por cada um dos entrevistados mostram que, apesar das dificuldades enfrentadas ao longo de tantos anos de atuação e mesmo carecendo de melhorias ainda a serem discutidas ao longo desse estudo, é imprescindível um olhar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar como uma política pública brasileira de alimentação que representa resistência e evolução em sua trajetória, com resultados esclarecedores frutos do trabalho árduo realizado pelos profissionais de nutrição envolvidos até hoje.

Ações de Educação Alimentar e Nutricional: Planejamentos e Execuções na Prática

Com relação à etapa de análise documental, é possível observar inicialmente, à medida em que o período dos relatórios vai avançando, uma redução significativa no que diz respeito à quantidade de informações, dados ou constatações voltadas para as ações de Educação Alimentar e Nutricional em cada município. No relatório elaborado no período de 2018 (Eusébio), por exemplo, é possível identificar um trecho exclusivo para tratar do desenvolvimento dessas ações de EAN e relatar como as mesmas foram desenvolvidas, aplicadas e até intituladas.

Nos relatórios do ano seguinte, elaborados no segundo semestre de 2019, onde são contemplados os municípios de Aquiraz e Itapipoca, esse aprofundamento mínimo de como se deu o desenvolvimento das ações de EAN já se encontra ausente. Essa mudança decorre de mudanças na metodologia do monitoramento e assessoria que, a partir de 2019, passa a ser adotado o aplicativo PNAE-monitoria pela CGPAE/FNDE, que nitidamente limita mais os relatos descritos. No entanto, ainda é possível encontrar constatações pontuais que mencionam diretamente a temática da Educação Alimentar e Nutricional, sendo possível localizar essas observações em tópicos voltados ao Nutricionista

Responsável Técnico, à Gestão Escolar e até no de Conclusões, presente em todos os dois relatórios analisados.

Essas constatações pontuais, mesmo que deixem de detalhar as ações em si, dão informações pertinentes que vão desde verificar se a EEx leva em consideração fatores como faixa etária, as etapas e modalidade de ensino ou as ações são realizadas em conjunto com a direção e com a coordenação pedagógica da escola (CECANE, 2019) até observações quanto às recomendações do Guia Alimentar para população Brasileira (2014) para o desenvolvimento e aplicação das ações nas escolas (CECANE, 2019).

A partir de março de 2020, com o início da pandemia de COVID-19 e a decretação do estado de calamidade pública no Brasil, as atividades de monitoramento e assessoria direcionadas às Entidades Executoras (EEx) passaram a ser realizadas de forma remota, permanecendo nesse formato até o término da vigência do decreto federal. Essa mudança impactou diretamente a forma de acompanhamento das ações, exigindo adaptações tanto por parte das equipes técnicas quanto das gestões municipais.

Ao analisar os relatórios elaborados no ano de 2020, que contemplam os municípios de Viçosa do Ceará e Carnaubal, observa-se que, mesmo diante das limitações impostas pelo contexto pandêmico, ainda há registros, ainda que pontuais, sobre o desenvolvimento das ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Embora esses documentos não apresentem, naquele momento, uma seção específica dedicada ao detalhamento dessas ações, é possível identificar menções relevantes que permitem compreender parcialmente como tais práticas estavam sendo conduzidas.

No relatório do município de Viçosa do Ceará, por exemplo, no tópico referente às constatações e orientações direcionadas aos nutricionistas responsáveis técnicos, é destacado que “as ações de EAN não são transdisciplinares, intersetoriais e multiprofissionais, ou seja, não planejadas em conjunto com outros profissionais da rede de ensino” (CECANE, 2020), evidenciando fragilidades na articulação e no planejamento dessas atividades no contexto analisado.

A partir dos documentos elaborados em 2022, referentes ao monitoramento realizado em 2021, observa-se uma maior limitação na análise documental, uma vez que o tópico destinado às constatações e orientações

voltadas ao Nutricionista Responsável Técnico (RT), diferentemente dos períodos anteriores, não apresenta menções ao desenvolvimento das ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Essa ausência é particularmente relevante nos relatórios dos municípios considerados de gestão positiva nesse período — Quiterianópolis, Sobral e Juazeiro do Norte —, comprometendo a possibilidade de aprofundamento, ainda que mínimo, acerca dessas práticas com base nos documentos oficiais do CECANE. Assim, percebe-se que, se desde 2018 as informações sobre as ações de EAN já eram pouco detalhadas, a partir desse recorte temporal tornam-se ainda mais escassas, o que limita significativamente a etapa de análise documental.

Diante dessa lacuna, a etapa de entrevistas mostrou-se fundamental para o aprofundamento da investigação, permitindo acessar informações mais detalhadas sobre o planejamento e a execução das ações de EAN. Por meio de um questionamento específico, solicitou-se aos participantes que descrevessem como essas atividades eram organizadas e desenvolvidas na prática, considerando suas atribuições enquanto nutricionistas vinculados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esse procedimento possibilitou compreender, de forma mais contextualizada, as dinâmicas de trabalho adotadas em cada município.

A partir das respostas obtidas, verificou-se que parte dos participantes relatou a existência de um planejamento prévio, ainda que em nível básico, realizado em conjunto com a equipe de nutricionistas ou estruturado por meio de planos de trabalho. Em alguns casos, esse planejamento envolve parcerias institucionais, como o Programa Saúde na Escola (PSE), ou segue diretrizes propostas pela Jornada de Educação Alimentar e Nutricional, iniciativa do FNDE que, desde 2017, disponibiliza materiais orientadores com sugestões temáticas para a realização de ações nas escolas de educação infantil e ensino fundamental atendidas pelo PNAE.

Dos cinco participantes que relataram esse planejamento, em todos os casos existe a menção de que essas ações são aplicadas de maneira pontual e variando de periodicidades bimestrais, semestrais e até anuais, além, na maioria dos casos, da impossibilidade de que todas as escolas sejam contempladas nesse planejamento devido à uma série de problemáticas, sendo uma das mais

citadas a distância territorial de algumas escolas somado à ausência de um transporte próprio para realização das visitas e acompanhamentos.

O planejamento é a equipe de nutricionistas daqui do setor que se reúne e faz o planejamento...de como vai ser, quais as escolas, porque aqui são muitas escolas, então a gente seleciona quais vão ser as primeiras e depois a gente vai só aplicando nas outras, né?! Vamos supor...a gente faz um projeto, escolhe uma escola pra ser piloto e depois a gente vai aplicando nas outras. A aplicação é semestral [...] a gente tenta contemplar todas, mas as vezes acontece algum imprevisto que não dá, porque tem algumas escolas que é de difícil acesso...então fica um pouco complicado, então a gente faz o máximo de escolas que a gente pode (Orquídea)

Outra problemática citada na fala dos profissionais entrevistados é uma questão a ser levantada repetidamente nas discussões deste estudo, sendo ela relacionada aos números insuficientes de profissionais contratados no quadro técnico para que ocorra uma melhor distribuição das demandas e obrigações, resultando em uma sobrecarga do trabalho realizado pelos nutricionistas e consequentemente impossibilitando a realização de atividades imprescindíveis como o acompanhamento contínuo das escolas da região em que atuam.

[...] Eu estou em um município que deveria ter aproximadamente 14 nutricionistas, e no momento nós atendemos 35 mil alunos, e no momento só tem eu e a RT. Esse processo de Educação nutricional acaba ficando muito complexo, porque a sobrecarga fica muito grande. Aí a gente tenta dividir, no mínimo, uma atividade de educação nutricional por semestre. Daí a gente tenta estender a todos os públicos possíveis, então a gente tem uma planejada por semestre, daí quando dá a gente faz a mais. (Perpétua)

A execução das ações diretamente prejudicada e sendo colocada em segundo plano resulta não apenas em uma clara insatisfação de alguns dos entrevistados, mas também em um déficit grave para que a execução e acompanhamento das ações de Educação Alimentar e Nutricional ocorram de maneira mais frequente, ou permanente e contínua, como estabelece o Marco de educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas.

Ainda com relação à execução dessas ações, parte dos entrevistados apresentou estratégias semelhantes para garantir que, mesmo diante das limitações enfrentadas, as escolas de seus respectivos municípios não fiquem

totalmente desassistidas no que se refere às ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Quando não é possível realizar um acompanhamento contínuo e sistemático, observa-se que a atuação dos profissionais ocorre, em muitos casos, a partir de demandas espontâneas das próprias unidades escolares ao longo do ano letivo. Nesse contexto, os discursos evidenciam que as ações são frequentemente organizadas mediante solicitação das escolas, que encaminham suas demandas às secretarias responsáveis. Conforme relatado por duas participantes:

Então a gente acaba fazendo (as ações) por demanda [...] mas se vocês solicitarem a nós a gente vai, porque daí a escola cria uma demanda, passa essa demanda pra gente, a secretaria se organiza pra reservar um carro e a gente se organiza com o tempo pra ir. (Tulipa)

[...] Na medida do possível a gente vai nas escolas e tenta acompanhar os alunos, acompanhar a distribuição, conversar com as merendeiras e a gente fica assim aguardando...por exemplo um convite da escola, se a escola tem algum projeto e nos manda um ofício solicitando. Aí a gente prepara algum trabalhinho, alguma palestra, alguma ação e vai na escola, mas assim, sempre a pedido da escola. (Dália)

Quando questionados sobre a forma de execução das ações de Educação Alimentar e Nutricional, os discursos apresentaram baixa variação, evidenciando convergências tanto nos detalhes relatados quanto nas metodologias empregadas. De modo geral, os participantes destacaram a realização de palestras e rodas de conversa temáticas direcionadas aos estudantes de diferentes faixas etárias como estratégias centrais dessas ações.

Essas atividades podem ocorrer de forma pontual ou integradas a projetos previamente planejados, sendo frequentemente articuladas com eventos promovidos pelas próprias escolas, como semanas temáticas voltadas à alimentação saudável. Em outros casos, as ações seguem um cronograma de visitas previamente estabelecido pelas nutricionistas responsáveis, o que contribui para uma organização mais sistematizada das intervenções.

Quanto às temáticas abordadas, observa-se a predominância de conteúdos relacionados à promoção da alimentação saudável, mantendo certa padronização nos enfoques trabalhados. No entanto, há adaptações metodológicas conforme a faixa etária dos discentes, abrangendo desde a

educação infantil até o ensino fundamental, o que permite adequar a linguagem e as estratégias pedagógicas às especificidades de cada público.

O quadro abaixo apresenta as temáticas envolvidas nos relatos dos entrevistados de acordo com quantidades de menções para cada formato:

Quadro 3 - Formatos de ações de Educação Alimentar e Nutricional mais mencionados pelos entrevistados

TIPO DE AÇÃO	NÚMERO DE MENÇÕES
Palestras / Oficinas temáticas com alunos	05
Reuniões com os pais ou responsáveis	04
Reuniões com Professores e Gestores	03
Capacitação de Merendeiras	01

Fonte: Autor, a partir de entrevistas semiestruturadas, 2023

Observa-se que para além de ações pontuais com os discentes matriculados, a maioria dos entrevistados também reforça a importância de estender essa abordagem para outros personagens atuantes no contexto escolar e até social do aluno. Uma vez que as visitas e execução das ações são impossibilitadas devido às problemáticas levantadas pelos próprios nutricionistas, nota-se que estes recorrem a outros profissionais e indivíduos que têm um convívio mais frequente com os alunos, como a comunidade docente ou o núcleo familiar desses envolvidos.

Acerca da necessidade da realização dessas ações com os pais ou responsáveis dos alunos, a fala de Margarida reforça essa importância e esclarece o porquê ações executadas pontualmente apenas em contexto escolar não são suficientes:

A gente procura ver atividades que a gente acha que está necessitando, que eles mais necessitam. Porque junto com isso aí a gente faz também reuniões com os pais, principalmente na parte da educação infantil. Porque a gente acha que é o público principal. Porque a gente começa a “arrumar a casa” como se diz, né?! Da educação infantil, quando eles chegarem no fundamental [...] a gente acha... procura ver...que eles vão estar aceitando os alimentos de uma forma melhor [...] porque assim, a criança ela não tem poder de comprar os alimentos, quem compra são os pais, então se eles comem é porque eles (os pais) compram, né?! (Margarida)

O planejamento de ações de EAN, mesmo que no contexto escolar, não deve limitar-se à definição de um único público alvo sendo estes os discentes. A importância dessa expansão se dá pelo fato de que um dos principais objetivos

envolvidos na temática não é apenas uma capacitação pontual de seus envolvidos, mas uma formação contínua no senso crítico de indivíduos que possam atuar na multiplicação desses conhecimentos para além do ambiente escolar. Deve-se pensar a Educação Alimentar e Nutricional a partir de um processo participativo e colaborativo. Dada essa importância, a inclusão de outros personagens do cenário escolar, como pais, professores e comunidade, é de extrema importância para a construção de um pensamento crítico e conjunto, e consequentemente a execução de ações com a garantia de monitoramento e avaliações satisfatórias.

Ainda no que diz respeito ao desenvolvimento e aplicação das ações de EAN no contexto escolar, houve um único relato que priorizou um discurso voltado para as profissionais da cozinha responsáveis pelo preparo e distribuição da merenda escolar, designadas como merendeiras.

No meu município eu priorizo...assim...a questão de melhorar a qualidade da merenda oferecida para as crianças. Então a frente que eu mais procuro [...] é na questão da qualificação das merendeiras. A gente todo ano faz grupos de merendeiras, a gente trabalha com elas as boas práticas, dúvidas, aproveitamentos de materiais...tudo, tudo que é a questão de ser melhor aproveitada a merenda para uma merenda de qualidade, né?!. (Violeta)

Tendo em vista que a merenda escolar não depende única e exclusivamente de um profissional ou área do conhecimento, é necessário o reconhecimento do trabalho árduo e intenso realizado pelas merendeiras nas escolas públicas de todo o país. Para além do reconhecimento desse esforço diário, é também imprescindível que os profissionais deste setor ganhem a devida atenção no que diz respeito a capacitações contínuas para a manutenção de uma alimentação satisfatória e de qualidade.

As pessoas que trabalham nas cozinhas escolares, chamadas de merendeiras(os), são responsáveis pelo preparo da alimentação escolar. No entanto, sua atuação vai muito além do preparo dos alimentos e da higienização das áreas físicas. As merendeiras, por terem um contato direto e diário com os estudantes, criam vínculos e laços afetivos e assumem um papel primordial de educadoras. Essas profissionais influenciam diretamente a formação de hábitos alimentares dos alunos, podendo incentivar a adesão à alimentação escolar, o consumo de alimentos saudáveis, ajudar a combater o desperdício de

alimentos, formando um elo entre o alimento e o aluno e contribuindo com as aprendizagens dos escolares (Melgaço, 2021).

A valorização do papel desses profissionais da alimentação coletiva requer um redimensionamento de sua participação no contexto escolar, possibilitando uma contribuição ainda mais ampla e deixando de limitar seu papel ao ambiente de cozinha. A integração dessas profissionais na equipe pedagógica ou sua inclusão integral em qualificações de projetos e políticas públicas de maneira contínua são elementos cruciais para a promoção de uma autonomia e consciência crítica para lidar, por exemplo, não apenas com a manipulação correta dos alimentos ou reprodução de um cardápio elaborado, mas no saber mais aprofundado acerca da utilização dos alimentos e seus respectivos efeitos em quem os consome.

Considerações finais

Diante dos resultados apresentados, observa-se que a articulação entre os dados empíricos obtidos nas entrevistas, os achados provenientes dos formulários eletrônicos e o aporte teórico adotado ao longo do estudo permitiu uma compreensão mais aprofundada das práticas de Educação Alimentar e Nutricional no contexto do Programa Nacional de Alimentação Escolar. As entrevistas, em especial, desempenharam papel central ao evidenciar, a partir das falas dos profissionais, as estratégias adotadas no cotidiano, os desafios enfrentados e as alternativas construídas para viabilizar a execução das ações, mesmo diante de limitações estruturais e institucionais.

A interpretação desses dados, à luz dos referenciais teóricos utilizados, possibilitou identificar que, embora existam fragilidades no planejamento sistemático e na continuidade das ações de EAN, há também um esforço significativo por parte dos profissionais em garantir a efetividade dessas práticas. Esse cenário reforça discussões presentes na literatura sobre a importância da atuação multiprofissional, da intersetorialidade e do fortalecimento das políticas públicas como elementos essenciais para a consolidação da segurança alimentar e nutricional no ambiente escolar.

Além disso, a análise crítica dos discursos evidenciou que as ações de EAN não devem ser compreendidas apenas como atividades pontuais, mas como processos educativos contínuos, capazes de influenciar a formação de hábitos alimentares e a construção de uma consciência crítica nos estudantes. Nesse sentido, os achados dialogam com autores que defendem a educação alimentar como um instrumento de transformação social, especialmente quando inserida em políticas públicas estruturadas e de alcance nacional.

Em suma, o estudo reafirma a relevância do Programa Nacional de Alimentação Escolar, gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, como uma política consolidada e estratégica na promoção do direito humano à alimentação adequada. Ao integrar alimentação, educação e saúde, o programa se configura como um espaço potente para o desenvolvimento de ações de EAN, ainda que demande avanços no que diz respeito às condições de trabalho, ampliação das equipes técnicas e fortalecimento das ações intersetoriais. Dessa forma, conclui-se que a efetividade dessas práticas depende não apenas do comprometimento dos profissionais envolvidos, mas também do investimento contínuo em políticas públicas que garantam suporte, estrutura e condições adequadas para sua implementação.

Referências

- AMORIM, Ana Laura, RIBEIRO, José Raimundo. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Revista De Administração Pública**, v.7, n.12, 2020.
- ASSIS, Johnny Trindade Assis. Aplicação da Educação Alimentar e Nutricional no contexto de uma escola para pessoas com deficiência. **Caminho Aberto: revista de extensão do IFSC**, [S. l.], n. 15, jul./dez. 2021
- BRASIL, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Monitoramento e Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Brasília, 2022.
- BRASIL, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Educação Alimentar e Nutricional no PNAE: atores sociais e possibilidades de atuação**. Brasília, 2022.
- BRASIL, Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília, 2012.

COSTA, Tania Moreira. Educação alimentar e nutricional no currículo do ensino médio integrado: contribuições para a formação humana integral. **Ensino & Pesquisa**. União da Vitória, v. 23, n. 01, p. 439-450, jan./abr. 2025.

FRASSON, Fernanda; LABURÚ, Carlos Eduardo. Oficina de culinária: uma estratégia para a promoção da aprendizagem significativa de procedimentos. **Revista Valore**, [S. l.], v. 6, jun. 2021.

GARGIULO, Adriana Hefti; MELLO, Ana Paula de Queiroz. Experiência de Implantação de um Programa de Educação Alimentar e Nutricional para Pré-escolares. **Revista o mundo da saúde**, São Paulo, v. 45, n.1, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

LISBÔA, Célia Maria Patriarca; COSTA, Rute. As potencialidades da educação popular na construção curricular da formação em nutrição. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 19, n. 1, mar. 2020

LORENZI, Hayde Raquel; OLIVEIRA, Luciana Dias de. Educação alimentar e nutricional como uma prática na escola: A visão do professor. **Research, Society and Development**, Itabira, v. 12, n. 3, 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

MELGAÇO, Mariana Belloni. **As merendeiras do DF: voz e silêncio no Programa Nacional de Alimentação Escolar**. 2021. 233 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2018.

THOMPSON, J.B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, Vozes, 1998.

Editor(a) responsável: Josimara Wikboldt Schwantz

*Recebido em: 05/05/25
Aceito em: 05/02/26*

Lucas Braga Rodrigues

Mestre formado pelo Programa de Pós-graduação em Gastronomia da Universidade Federal do Ceará (UFC) na Linha de Gastronomia Social e Sustentabilidade, onde foi Bolsista CAPES, com pesquisa inclinada para as práticas de Educação Alimentar e Nutricional e outras temáticas relacionadas como Políticas Públicas de Alimentação, Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar.

 lucasbragapesquisa@gmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/3206153367557625>

 <https://orcid.org/0000-0002-1514-8249>

José Arimatea Barros Bezerra

Pós Doutor e Professor do Programa de Pós-graduação em Gastronomia e da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Coordenador de Gestão do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE) UFC / Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

 josearimatea@ufc.br

 <http://lattes.cnpq.br/8455253726902963>

 <https://orcid.org/0000-0001-8276-3834>